



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subcomissão Especial Rio+20  
Frente Parlamentar Ambientalista

Ciclo de Palestras e Debates  
para a **RIO+20**

**MEIO AMBIENTE URBANO**

Brasília – 2012

**Mesa da Câmara dos Deputados**  
54ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

**Presidente:** Marco Maia

**1ª Vice-Presidente:** Rose de Freitas

**2º Vice-Presidente:** Eduardo da Fonte

**1º Secretário:** Eduardo Gomes

**2º Secretário:** Jorge Tadeu Mudalen

**3º Secretário:** Inocêncio Oliveira

**4º Secretário:** Júlio Delgado

**Suplentes de Secretários**

**1º Suplente:** Geraldo Resende

**2º Suplente:** Manato

**3º Suplente:** Carlos Eduardo Cadoca

**4º Suplente:** Sérgio Moraes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subcomissão Especial Rio+20  
Frente Parlamentar Ambientalista

**Ciclo de Palestras e Debates para a Rio +20  
em Busca de uma Economia Sustentável**

**MEIO AMBIENTE URBANO**

Conferência das Nações Unidas sobre  
Desenvolvimento Sustentável – Rio+20





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20)

**Presidente:** Deputado **SARNEY FILHO**  
**Vice-Presidente:** Deputado **MÁRCIO MACÊDO**  
**Relator:** Deputado **RICARDO TRIPOLI**

#### TITULARES



Sarney Filho  
PV/MA



Márcio Macêdo  
PT/SE



Leonardo Monteiro  
PT/MG



Ricardo Tripoli  
PSDB/SP



Giovanni Cherini  
PDT/RS



Fernando Jordão  
PMDB/RJ



Valdir Colatto  
PMDB/SC



Rebecca Garcia  
PP/AM



Filipe Bornier  
PSD/RJ



Givaldo Carimbão  
PSB/AL

**SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR AS ATIVIDADES  
DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL (RIO +20)**

**SUPLENTES**



**Fernando Ferro**  
PT/PE



**Marina Santanna**  
PT/GO



**Antônio Roberto**  
PV/MG



**Antonio Carlos Mendes  
Thame (PSDB/SP)**



**Bernardo Santana de  
Vasconcellos (PR/MG)**



**Miro Teixeira**  
PDT/RJ



**Augusto Carvalho**  
PPS/DF

## PREFÁCIO

Com grande contentamento apresento aos leitores esta publicação que resume a participação de brasileiros, nas cinco regiões do País, comprometidos com uma das causas mais relevantes da agenda internacional, que é o alcance da sustentabilidade ambiental e social das ações humanas.

Todos nós estamos sentindo, em nosso cotidiano, os efeitos perversos do mau uso que nossa civilização tem feito dos recursos naturais e dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas.

Corrigir o curso da economia, tendo em vista menor impacto sobre o ambiente e mais justiça no usufruto das benesses do crescimento econômico, é objetivo do mais alto relevo a ser debatido na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a Rio+20.

Como tornar viável o entendimento entre os diversos países a respeito de suas contribuições para que essa nova economia gane escala e se sustente no ambiente de enorme interdependência comercial que hoje vivemos, é outro desafio colocado para a Conferência.

A Câmara dos Deputados não poderia furtar-se a participar de evento de tamanha envergadura e mais que isso, a colaborar com o debate da forma mais democrática possível, ou seja, reunindo numa publicação as diversas posições e os alertas de cientistas, dirigentes, parlamentares e sociedade civil de todas as regiões do País sobre os problemas ambientais mais prementes dos biomas em que vivem.

O tema ambiental tem estado em constante debate nos fóruns desta Casa que, além de acolhê-lo como conteúdo formulador de necessárias políticas públicas, o incorporou em seu cotidiano institucional.

Desde 2003, temos em funcionamento e em constante expansão as ações do Comitê de Gestão Ambiental – Eco Câmara, visando a incorporação da sustentabilidade nas atividades administrativas

e operacionais da Casa. Nossa meta é ser um polo de excelência na promoção de ações sustentáveis na esfera governamental.

A gestão socioambiental na Câmara dos Deputados tem promovido a sustentabilidade nos novos projetos arquitetônicos e na reforma dos prédios, na redução do desperdício e na promoção do reaproveitamento e da reciclagem dos materiais utilizados nas rotinas administrativas da Casa, na inserção da questão ambiental nos editais de compra e contratação de serviços, no uso sustentável do papel, com orientações para a economia na impressão e com a Pauta Eletrônica, na eficiência energética da tecnologia da informação e no sistema de transporte mais sustentável, com a eco lavagem de sua frota oficial, o novo bicicletário e os ônibus novos movidos a biodiesel, entre outras ações.

Entendo que a incorporação da sustentabilidade à rotina dos processos produtivos de bens e serviços, esverdeando a economia, é algo que nossa geração tem de assumir como a maior de suas responsabilidades.

Nos fascículos dessa publicação, o leitor vai encontrar inúmeras razões para começar suas ações sustentáveis.

De Manaus a Porto Alegre, gente muito preocupada, mas também muito inspirada, irá convencê-lo da urgência do trato dos problemas ambientais brasileiros, se queremos continuar a potência energética e ambiental que temos sido por natureza.

No tempo em que estaremos recepcionando, 20 anos depois da Rio 92, uma nova Cúpula de Meio Ambiente da ONU, nada mais oportuno que termos em mãos diagnósticos e propostas sobre a sustentabilidade ambiental e social do Brasil. Este é o conteúdo desta publicação, o qual desejo que os senhores bem aproveitem.

**Deputado Marco Maia (PT-RS)**

*Presidente da Câmara dos Deputados*

# SUMÁRIO

Apresentação .....	11
RIO+20: Eventos Preparatórios - São Paulo - Meio Ambiente Urbano .....	15
<b>Fábio Feldmann</b> .....	<b>17</b>
As perspectivas da Rio+20.....	17
O papel do Brasil na Rio+20 .....	18
O sentido de urgência .....	18
Os temas a serem privilegiados .....	19
A mobilização da sociedade civil .....	19
<b>Cândido Malta Campos Filho</b> .....	<b>21</b>
Campo e cidades são interdependentes .....	21
A expansão desnecessária do território das cidades .....	21
Compactação das cidades e capacidade de suporte de seus sistemas de infraestrutura .....	22
O <i>boom</i> imobiliário e a bolha financeira .....	23
A função socioambiental da propriedade.....	24
A qualidade da participação da sociedade .....	25
A fragmentação no planejamento.....	25
<b>Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho</b> .....	<b>27</b>
A ousadia do conceito de desenvolvimento sustentável .....	27
As emissões de gases de efeito estufa em São Paulo .....	28
A implantação da Lei de Mudança do Clima de São Paulo.....	29
A cidade compacta .....	30
A permeabilidade do solo e os desastres naturais .....	31

<b>Paulo Itacarambi .....</b>	<b>32</b>
<b>A Rede Nossa São Paulo .....</b>	<b>32</b>
<b>As empresas e a economia verde .....</b>	<b>32</b>
<b>Uma agenda de transição da economia.....</b>	<b>33</b>
<b>A competitividade a serviço da sustentabilidade.....</b>	<b>34</b>
<b>Uma agenda mínima para o desenvolvimento sustentável...34</b>	
<b>Plataforma para o planejamento de cidades sustentáveis.....</b>	<b>35</b>
<b>Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável ....</b>	<b>36</b>
<b>Frente Parlamentar Ambientalista.....</b>	<b>39</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>51</b>
<b>Contatos .....</b>	<b>53</b>

## APRESENTAÇÃO

Esta publicação apresenta os resultados do Ciclo de Palestras e Debates para a Rio+20, os “Encontros Rio+20”, organizados pela Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados dedicada a esta matéria e pela Frente Parlamentar Ambientalista. Os Encontros tiveram o propósito de envolver as várias regiões do Brasil na preparação da Conferência Rio+20 da Organização das Nações Unidas.

Temos a enorme satisfação de apresentar esta publicação ao público brasileiro às vésperas da Rio+20, pois este trabalho revela a varredura que fizemos no País para detectar as percepções das diferentes regiões e biomas quanto às expectativas da sociedade brasileira diante de uma nova Cúpula Mundial, 20 anos depois da Rio 92.

No decorrer dos debates, diversos diagnósticos e propostas para os principais problemas ambientais do País foram surgindo e o material resultante, aqui apresentado, destaca-se pela qualidade das análises e consistência dos argumentos, vindos de cientistas, de dirigentes, de jornalistas, da sociedade civil organizada, da classe política e do público interessado.

Foram cinco os temas debatidos: 1) Biomas; 2) Recursos hídricos; 3) Meio ambiente urbano; 4) Energia; 5) Segurança alimentar. Os debates foram orientados segundo os dois eixos básicos da Rio+20: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e as alternativas para uma melhor governança, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Os “Encontros Rio+20” foram realizados em Manaus, Cuiabá, São Paulo, Recife e Porto Alegre, nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2011 e janeiro de 2012. Em março de 2012, um último Encontro - Em Busca de uma Economia Sustentável – ocorreu em Brasília, na Câmara dos Deputados, com o tema Economia Verde.

Interessante notar que a Frente Parlamentar Ambientalista foi criada em 1997, exatamente com o objetivo de colocar em prática os compromissos da Rio-92. Sua peculiaridade, comparada a outras

frentes parlamentares, é ser formada por deputados e senadores e o fato de trabalhar em parceria com a sociedade civil e com os setores produtivos mais avançados da economia brasileira na percepção da sustentabilidade.

Desde seu início, a Frente enfatizou a necessidade de o desenvolvimento sustentável ser tratado de forma transversal no governo, abrangendo todas as políticas públicas, e a necessidade da criação de instrumentos econômicos para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, ultrapassando a mera preocupação com comando e controle. Vem atuando, tanto para o nascimento de novas leis ambientais, quanto para evitar, nos últimos anos, o retrocesso da legislação ambiental já consolidada, devido à demanda por crescimento econômico que tem caracterizado o País nos últimos tempos.

A Subcomissão Rio+20, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, tem atuado, desde sua criação, em consonância, não apenas com a Frente Parlamentar Ambientalista, mas com as outras subcomissões de mesmo conteúdo na Câmara e no Senado, tendo em vista dar relevo aos temas da Conferência na agenda política brasileira.

Com o conteúdo dessa publicação em mãos, ou seja, partindo da realidade ambiental brasileira, esperamos contribuir com os debates que terão lugar durante a Conferência da ONU.

A realização da Rio+20 deve provocar questionamentos em nossa sociedade quanto à necessidade premente do Brasil se envolver mais e mais com as questões globais e, em particular, com as questões ambientais de alcance planetário.

Mesmo que otimistas com o crescimento econômico galgado nos últimos anos, não devemos perder de vista a necessidade de adaptar nossa economia e nossas metas de crescimento ao objetivo maior de descarbonização de nossos processos produtivos, e de ampliarmos nossa visão para uma participação mais coerente na necessária construção de uma governança global.

Vivemos um mundo interligado e cada vez mais interdependente. Essa realidade está expressa no modo como produzimos, como fazemos nossas transações comerciais, como nos relacionamos

culturalmente. Grande parte das tecnologias informacionais e de comunicação, vigentes e potenciais, convergem para aprofundar ainda mais essa realidade.

Se a civilização construiu este estado de coisas por sua evolução histórica, os ecossistemas, ao contrário, foram desde sempre interligados e interdependentes.

Quanto mais interdependentes nos tornamos, e esse é um caminho aparentemente irreversível, mais carentes de governança global nos percebemos.

Esperamos que a Rio+20 seja palco para que se intensifiquem os entendimentos nesse sentido e que a sociedade brasileira, como fez em 1992, mostre-se plenamente comprometida com a sanidade ambiental do Planeta.

Ao passar os olhos pelo conteúdo dessa publicação, o leitor pode apropriar-se do estado atualizado dos problemas ambientais brasileiros, o que irá, certamente, incentivá-lo a apoiar iniciativas de economia verde que ultrapassem interesses econômicos imediatos e iniciativas de negociação que caminhem em direção à uma governança mundial que privilegie a integridade da civilização humana, hoje apenas possível num ambiente de sustentabilidade social e ambiental.

Boa leitura.

### **Deputado SARNEY FILHO (PV-MA)**

*Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Líder do Partido Verde, Presidente da Subcomissão Rio+20 da CMADS, Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista e da Bancada Federal do Maranhão*

### **Deputado RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP)**

*Relator da Subcomissão Rio+20 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Coordenador do GT FAUNA da Frente Parlamentar Ambientalista e Vice-líder do PSDB na Câmara dos Deputados*



*Componentes da Mesa presidida pelo Dep. Tripoli*



*Dep. Marcio Macedo e consultor Fábio Feldmann*

# **RIO+20: EVENTOS PREPARATÓRIOS**

## **SÃO PAULO**

21 de novembro de 2011

### **MEIO AMBIENTE URBANO**

*Relatoria do evento: Roseli Senna Ganem<sup>1</sup>*

O tema sustentabilidade urbana foi abordado no Encontro sob diferentes primas. Fábio Feldmann ressaltou aspectos globais. Entre outras questões, salientou a responsabilidade do Brasil relativamente ao sucesso da Rio+20 e afirmou que a ONU precisa criar um mecanismo institucional que permita a negociação das questões que envolvem todo planeta. A crise econômica atual poderia ser uma oportunidade para nós, mas deveríamos investir mais em economia verde. Nossa única grande alternativa é a mobilização da sociedade civil e da mídia. A Conferência deve privilegiar os temas que não foram devidamente contemplados em 1992, aí incluída a urbanização.

Cândido Malta Campos Filho salientou que campo e cidade são interdependentes, pois, sem os bens gerados no campo, as cidades não sobreviveriam. O entorno das cidades é mais que um fornecedor desses bens, é um equilibrador climático das grandes transformações ambientais que as aglomerações urbanas produzem. Ressaltou os problemas decorrentes da retenção especulativa de terrenos, tanto no meio urbano, quanto na franja de crescimento das cidades, que leva à expansão desnecessária do território urbano. A compactação das cidades pode reduzir os seus impactos, mas isso depende da capacidade de suporte da infraestrutura urbana. Salientou, também, que, sem uma associação do controle da especulação financeira com a imobiliária, não será possível reverter os processos predatórios urbanos.

---

<sup>1</sup> Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados, da área de meio ambiente. Bióloga, Mestre em Ecologia e Doutora em Gestão Ambiental pela Universidade de Brasília.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho afirmou que, quando proposto, o conceito de desenvolvimento sustentável era muito ousado, mas a crise climática tirou a ideia do papel e tomou conta da opinião pública. Descreveu as diversas reformas que estão sendo postas em prática na cidade de São Paulo, para atender à Política Municipal de Mudança do Clima, em especial aquelas relativas à construção de usinas nos aterros sanitários, a transformação do biogás em energia elétrica, a circulação de 1.200 ônibus com mais de 20% de biodiesel, a compra de cinquenta ônibus movidos a etanol, a recuperação dos trólebus, os ônibus híbridos (de diesel e eletricidade e de diesel e etanol) e a organização da inspeção veicular.

Paulo Itacarambi descreveu o Programa Cidades Sustentáveis, do Instituto Ethos. Ressaltou que a economia, para que seja verde e incluyente, deve ser também ética. Destacou que as empresas têm um papel importante nesse processo e que a competitividade deve estar a serviço da sustentabilidade. Uma agenda mínima para o desenvolvimento sustentável deve incluir a diminuição da pegada ecológica, a erradicação da miséria, a redução das desigualdades e a implantação de um sistema de integridade e transparência.

Participaram da abertura do evento o Deputado Estadual Celso Giglio, Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e os Deputados federais Ricardo Tripoli e Sarney Filho.

#### **Foram palestrantes do evento:**

Fábio Feldmann, Consultor em Meio Ambiente;

Cândido Malta Campos Filho, arquiteto e urbanista;

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, Secretário do Verde da Prefeitura de São Paulo;

Paulo Itacarambi, diretor do Instituto Ethos.

A seguir são apresentadas as principais ideias sobre as quais discutiram os palestrantes, aí incluídas as respostas às perguntas e seus comentários finais.

# FÁBIO FELDMANN

## As perspectivas da Rio+20

A Rio+20 deve ser vista em duas perspectivas: internacional e nacional. A agenda nacional está ameaçada pelas discussões do Código Florestal, pelo esvaziamento do Conama. Mas, não são dificuldades apenas nacionais, porque o Presidente Obama também enfrenta dificuldades no Congresso americano e a China não assume compromissos.

Na Eco-92, três processos foram negociados: Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Agenda 21. A Rio+20 não tem processo semelhante de negociação. A agenda da Rio+20 é muito abstrata.

Na Conferência de 1972, criou-se o Programa das Nações Unidas de Meio Ambiente (PNUMA). Em 1992, havia a ideia de criar uma instituição que tivesse prestígio e importância política para tratar dos novos temas. Foi criada a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, que é uma comissão muito desprestigiada nas Nações Unidas. Ainda não encontramos um mecanismo institucional que permita o diálogo entre as convenções de mudança do clima e de biodiversidade. Com todas as dificuldades da ONU, hoje, não existe nenhuma outra instância multilateral que permita a negociação de questões que envolvem o planeta como um todo, ainda que tenhamos instâncias novas como o G-20.

Existe um déficit de liderança em relação à Rio+20. Quem se lembra da Conferência do Rio sabe que houve uma figura muito importante – Maurice Strong – que organizou a reunião.

A agenda da Rio+20 é muito abstrata. Economia verde pode ser tudo ou pode ser nada. Erradicação da pobreza é um tema importante, entretanto nós temos que ter clareza sobre o que pretendemos com essa reunião.

## **O papel do Brasil na Rio+20**

O resultado poderia ser muito positivo e, nesse sentido, a responsabilidade cai basicamente sobre o Brasil, porque o país que sedia a Conferência tem responsabilidade pelo seu sucesso. Fomos muito bem sucedidos em 1992. Quem acompanha o Protocolo de Kyoto sabe que o Brasil teve um papel importante no que veio a se transformar o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Mas, o Brasil teria que ser muito ousado para garantir o sucesso dessa reunião, quer dizer a diplomacia brasileira, que é muito competente, no entanto vê muita dificuldade em ter um papel mais ousado de colocar o Brasil na liderança dessa Conferência. Todos sabem a dificuldade que os Estados Unidos têm no tema de mudança do clima, ainda que eles sejam o segundo país emissor de gases do efeito estufa – a China é o primeiro emissor.

Os Estados Unidos não ratificaram a Convenção da Biodiversidade, alegando interesses da indústria farmacêutica em relação à propriedade intelectual. Isso trouxe muitas dificuldades para a Convenção da Biodiversidade. A China e a Índia continuam defendendo o direito ao desenvolvimento. Portanto, nenhum desses países tem muito interesse em ter um protagonismo maior. Os europeus estão numa situação muito difícil, estão sentindo como se eles fossem os únicos que estão implantando o Protocolo de Kyoto.

Aqui entra também a questão da crise, que poderia ser uma oportunidade para nós. Já que vamos enfrentar a crise, deveríamos investir em economia verde. A única grande alternativa que temos é a mobilização da sociedade civil e da mídia.

## **O sentido de urgência**

Em Copenhague, buscou-se estabelecer a meta política de impedir o aumento de temperatura em mais do que 2°C até o fim do século. Mas, para que nós possamos manter esse patamar, teríamos que estabilizar as emissões até 2020 e até 2050, fazer uma redução de até 80% da emissão dos gases do efeito estufa. De qualquer forma, há quem acredite que nem assim seria possível estabilizar a

temperatura do planeta. Ou seja, a ciência demonstra que a situação é muito mais dramática do que se imaginava há algum tempo atrás. A ciência coloca para a humanidade o senso de urgência.

O dramático é que, no calendário internacional, a única reunião importante é a do ano que vem. Em Durban, temos que sinalizar que os países vão assumir compromisso pós 2012. O Brasil foi muito bem em Copenhague, sinalizando politicamente que aceitaria, como país emergente, assumir uma meta. O que pode salvar a reunião é o protagonismo do Brasil. A Presidente Dilma tem uma enorme responsabilidade. É importante que a Presidente Dilma compre a agenda da sustentabilidade. Uma nova arquitetura no campo da governança requer que os temas sejam recolocados, inclusive o do desenvolvimento sustentável. Essa é uma questão suprapartidária, é uma questão do Brasil, é uma questão do planeta e da humanidade.

### **Os temas a serem privilegiados**

Deve-se privilegiar os temas que não foram contemplados devidamente em 1992, como a urbanização, os alimentos, a agricultura e os nove bilhões de habitantes do planeta. A agricultura tem um grande impacto, mas nós temos que conciliar a produção de alimentos com o uso dos recursos naturais e com o impacto que a agricultura faz para o planeta. Esse tema que não estava colocado em 1992.

Estamos lutando para que a legislação ambiental brasileira não retroceda. Temos que mobilizar a sociedade. Que possamos tornar essa reunião importante. Que a sociedade compreenda a urgência do momento que estamos passando em relação ao planeta, tornar esse um momento histórico.

### **A mobilização da sociedade civil**

A participação da sociedade civil na Rio+20 não está clara. Existem muitas iniciativas correndo no mundo, em relação à água, à economia verde. A dúvida é como que essas iniciativas vão desaguar na reunião do ano que vem.

O problema das democracias de maneira geral – o palestrante ressalta que não está defendendo o regime autoritário – é que os interesses das futuras gerações normalmente não estão representados. Que mecanismos institucionais encontrar para permitir que as futuras gerações estejam representadas? O debate do Código Florestal mostra com clareza os problemas da democracia brasileira. A Rio+20 deve se transformar numa grande praça. Precisamos criar uma cidadania planetária. Não temos outro caminho se não a mobilizar a sociedade civil, pressionar o governo.



*Deputada Rebecca Garcia e professor Cândido Malta*

# **CÂNDIDO MALTA CAMPOS FILHO**

## **Campo e cidades são interdependentes**

O que nos preocupa é como as grandes cidades que estamos criando em todo planeta poderão contribuir para o equilíbrio ambiental, ou, ao contrário, promoverão esse desequilíbrio que estamos sofrendo.

Campo e cidades são interdependentes. Dito de outro modo, sem os bens gerados no campo, as cidades não sobreviveriam. Alimentos e fonte de energia são bens materiais óbvios que vêm do entorno das cidades. Mas, o entorno das cidades é mais que um fornecedor desses bens, é um equilibrador climático das grandes transformações ambientais que as aglomerações urbanas produzem. As florestas, os mares e as calotas polares jogam um papel crucial nessa homeostase. O aquecimento planetário vincula-se, de um lado, à manutenção dos sistemas naturais que produzem a fotossíntese absorvedora do dióxido de carbono, que são as vegetações. Daí a importância das florestas, especialmente as tropicais, por sua extraordinária capacidade de realizá-la. E, de outro lado, o aquecimento vincula-se à redução das emissões desse gás, que depende de como o território tem a sua economia organizada.

## **A expansão desnecessária do território das cidades**

O que se tem afirmado é que as cidades mais compactas reduzem as emissões de CO<sub>2</sub>. Essa dependência guarda estrita relação com o modo pelo qual funciona o capitalismo predador, que é aquele turbinado pela especulação financeira e imobiliária.

A retenção especulativa de terrenos, seja no meio urbano, seja na franja de crescimento das cidades, expande desnecessariamente o território das cidades. O resultado óbvio é uma ampliação desnecessária dos serviços públicos. Ocorre uma ampliação desnecessária da emissão de CO<sub>2</sub>, devido à expansão de serviços de água, esgoto, transmissão de energia elétrica, transporte em geral de pessoas e

bens. É um enorme prejuízo social e uma enorme contribuição ao desequilíbrio climático planetário.

### **Compactação das cidades e capacidade de suporte de seus sistemas de infraestrutura**

As cidades só podem se compactar na medida da capacidade de suporte de seus sistemas infraestruturais. A ampliação do sistema de circulação baseado em automóveis provoca gigantescos custos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da demolição de extensas redes de serviços implantadas, assim como de cortes drásticos nos tecidos urbanos e sociais associados, o que é considerado o preço da modernização urbana. A sociedade brasileira está cada vez mais refratária a arcar com esse preço, a menos que seja para substituir um tecido urbano por outro de muito melhor qualidade.

O que está em curso no Brasil é um adensamento predatório, que se faz nas áreas com melhor infraestrutura das cidades brasileiras. O superadensamento ocorre por que as legislações reguladoras são estabelecidas sem que se defina um limite consonante com a capacidade de suporte do sistema de circulação. Daí decorrem os congestionamentos cada vez piores, que acrescentam desnecessariamente CO<sub>2</sub> na atmosfera, além da perda de tempo e a produção de estresse com prejuízos à saúde.

A lei de zoneamento, que define os potenciais construtivos, quando existem, se preocupa quando muito em evitar que a altura dos prédios ultrapasse determinado gabarito.

As áreas com melhor infraestrutura geralmente são as mais centrais. Mas, a sua expansão está ocorrendo em bairros que, muitas vezes, foram implantados ao arredio das poucas regras urbanísticas existentes. O problema se agrava com o adensamento de prédios e apartamentos de classe média com seus automóveis. A densidade populacional pode até ser reduzida, mas não os congestionamentos de tráfego, dado o uso intensivo de automóveis.

Nas áreas mais pobres das nossas cidades, a densidade urbana pode ser muito elevada, como ocorre na periferia de São Paulo. Com

praticamente 100% do terreno está ocupado e com a introdução progressiva de automóveis nessas vilas, em geral com ruas com menos de dez metros de largura, essas vias deixam de constituir espaços de convívio urbano, para se transformarem em estacionamento de veículos. Só reinventando os bairros de classe média e populares será possível superarmos esse problema ambiental.

### **O *boom* imobiliário e a bolha financeira**

O preço crescente dos imóveis que o *boom* imobiliário dos últimos anos produziu só agravou o problema de quem ainda não possui um imóvel, ficou muito mais caro obtê-lo. Essa peculiaridade do mercado imobiliário, dos ciclos de altas e baixas, tem uma explicação. Basta associarmos especulação financeira com a imobiliária, como a explosão da bolha imobiliária norte-americana demonstrou recentemente e, agora, a crise espanhola ainda mais acentua, para concluirmos que, sem uma associação do controle da especulação financeira com a imobiliária, não conseguiremos reverter tais processos predatórios.

Estamos muito longe de reverter o modo predatório como as cidades brasileiras são produzidas, apropriadas e consumidas. Tomar consciência da extensão do problema é o primeiro passo para superá-lo.

Vejo, nessa crise que estamos vivendo – a explosão de uma bolha imobiliária e financeira na economia mais importante do planeta –, que todo o sistema capitalista está sofrendo. Isso deverá significar uma reversão de políticas públicas em todo o planeta.

Que os empresários tenham consciência da sua responsabilidade social e da importância da interligação de políticas e de mudança de paradigma.

## **A função socioambiental da propriedade**

Não é fácil introduzir na agenda a temática proposta, mas não há outra maneira de encarar essa questão. O Congresso Nacional aprovou, em 1988, uma Constituição que revitalizou um instrumento fundamental para obter essa mudança de paradigma – os planos diretores – e responsabilizou os Municípios na definição da política urbana. Fruto do art. 182 da Constituição de 1988, temos o Estatuto das Cidades, uma lei federal que estabeleceu a política de fazer a propriedade urbana cumprir a função social.

Mas, temos que articular a ideia de função social com a função ambiental, que é função socioambiental. Poderíamos aperfeiçoar essa definição, acrescentando a dimensão ambiental ao social, deixando claro que tem que ser ambiental e social ao mesmo tempo.

Temos um conjunto de instrumentos jurídicos à disposição das prefeituras, só que elas quase não aplicam esses instrumentos, como o IPTU progressivo no tempo. Eles ficam na teoria, são colocados no plano diretor, mas depois dependem de uma lei posterior para serem operados. Em São Paulo, foi aprovado o IPTU progressivo no tempo.

O capitalismo produtivo é aquele que gera empregos. É preciso uma regulação pelo Estado, para promover uma mudança futura maior no sistema, desde que seja uma mudança democrática.

A questão climática que estamos enfrentando exige essa visão de longo prazo. Temos que pensar décadas à frente. Temos que associar a visão da mudança climática a grandes transformações da economia do planeta, para alcançarmos resultados ambientais associadamente à melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento das pessoas, que hoje são ainda muito pobres e têm o direito a obter um nível socioeconômico melhor. Temos que conseguir isso sem que se ponha em risco o equilíbrio ambiental do planeta.

## **A qualidade da participação da sociedade**

Na cabeça dos cidadãos, há uma grande dificuldade em interrelacionar a demanda pontual e localizada do bairro com as grandes questões. O plano diretor teria a incumbência de fazer essa interrelação. Mas, nas audiências públicas, o que se percebe é a predominância das reivindicações pontuais nos bairros. Em uma audiência pública, com poucos minutos para cada um se expor, fica impossível desenvolver esses raciocínios.

O plano de bairro deve ser um instrumento de diálogo com o cidadão. A arquiteta Ermínia Maricato fala em analfabetismo urbanístico. Temos que desenvolver essa alfabetização. A Rio+20 será mais uma oportunidade para nós desenvolvermos isso.

A mídia tem sido muito pouco colaborativa, por compartimentar e tornar pontual o seu modo de falar. Justifica isso dizendo que o povo não aguenta frases longas, não lê textos muito extensos. Mas, essa ideia de que o povo não lê acaba mantendo o status quo. A mídia tem uma lógica econômica de venda de produto. É muito difícil uma mudança por aí.

O plano de bairro é uma iniciativa que governos democráticos e mesmo as associações de moradores podem tomar. Devemos nos associar ao movimento chamado cidade educadora nascido em Barcelona nos anos 1990, que visa articular a educação à vivência na cidade. O movimento nasceu na Europa para tratar das minorias marginalizadas, para integrá-las. O Município de São Paulo se interligou a esse movimento há alguns anos, mas a ideia não avançou. Propõe a revisão do plano diretor da cidade, por meio da qual esse movimento poderia ser oficialmente consagrado.

## **A fragmentação no planejamento**

A fragmentação na área ambiental é um problema histórico. Mas, essa visão está mudando. Haverá a passagem de uma visão setorial para outra, integral. A secretaria de meio ambiente é setorial, não pensa o global. Vamos algum dia chegar lá, para fazer com que o meio ambiente seja visto como algo que entre em todas as

dimensões. Tudo o que fazemos influi no meio ambiente, e o meio ambiente influi no que fazemos, então não tem como haver essa separação.

O plano diretor de São Paulo é todo compartimentado. Que se criem nele as políticas transversais, inter cruzando, por exemplo, a política de transporte com o problema das enchentes, a habitação popular com a preservação dos mananciais. O planejamento urbano não pode só pensar na cidade bela que desejamos, pois temos que resolver os problemas que ela enfrenta, que a inviabilizam. A cidade de São Paulo está cada vez menos sustentável. Para reverter isso, temos que ter uma política de ações articuladas, que devolva a saúde ambiental da cidade ou a mantenha nos lugares onde ela existe.

O palestrante parabenizou a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de São Paulo, que aprovaram as respectivas leis de mudanças climáticas, que são transversais, porque articulam a produção de dióxido de carbono pelos veículos com o destino final dos resíduos sólidos. Tais leis têm metas e levam ao caminho das políticas transversais.



*Secretário do Verde e Meio Ambiente  
da Prefeitura de São Paulo, Eduardo Jorge*

## **EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO**

### **A ousadia do conceito de desenvolvimento sustentável**

Surpreende a ousadia da Organização das Nações Unidas quando, em 1992, propôs o conceito do desenvolvimento sustentável. Exalta esse vanguardismo da ONU, que, nesse conceito, simplesmente propôs a reforma do capitalismo e do socialismo. Na questão ambiental, socialismo e capitalismo são como irmãos siameses. Comportam-se como se o meio ambiente suportasse um saque infinito de recursos.

O conceito de desenvolvimento sustentável coloca em alturas semelhantes o econômico, o social e o ambiental. Foi quase uma revolução, o que a ONU propôs na Rio-92. Implica mudar completamente a forma de produzir, consumir, viver, morar, de se transportar. É uma mudança muito profunda. Muitos pensaram que isso seria uma utopia própria de quem não está no dia a dia dos governos, que a ONU é um sonho de federação mundial ainda distante. Porém, houve um fenômeno de conscientização que cada vez mais toma conta da opinião pública mundial. Do risco de se tornar uma utopia no papel, a ideia vai-se tornando uma realidade.

A questão que tirou o desenvolvimento sustentável do papel foi a crise climática, por que ela não é somente ambiental; ela é social, econômica. É a mais grave crise econômica, social e ambiental que a sociedade tem para resolver nesse século. Tomou conta da opinião pública. Antes nós ameaçávamos as outras espécies, agora a nossa maneira de viver está ameaçando a nós mesmos.

A economia verde é o componente ambiental do desenvolvimento sustentável. A erradicação da pobreza é a principal tarefa do componente social, do tripé econômico, social e ambiental. O que vamos discutir no Rio+20 é o que discutimos na Rio-92, mas, agora, com mais dados e evidências científicas, com mais gente convencida de que o aquecimento global é uma ameaça de fato. Houve um grande avanço, que a mídia injustamente não reconhece:

a mobilização mundial fantástica e o envolvimento da China e dos Estados Unidos na discussão.

A questão climática vai se resolver com mais governabilidade mundial, mais articulação, mais políticas públicas, econômicas, sociais e ambientais. E também tem que ter protagonismo local, é preciso ver como os cidadãos e as cidades vão entrar nessa governança. Precisamos de mais governança global e de mais governança local.

### **As emissões de gases de efeito estufa em São Paulo**

Uma cidade como São Paulo é como um país de 11 milhões de habitantes, maior que a Suécia, que Cuba e Portugal. É possível agir, mesmo em uma cidade difícil como São Paulo, tanto na mitigação quanto na adaptação.

Queremos discutir adaptação, porque, nos países do entorno do Equador, a emergência climática já chegou muito mais cedo do que para os países do Anexo 1. A primeira coisa importante a fazer é um diagnóstico (o inventário de emissões), que começou no governo anterior e se completou em 2005. O inventário é um elemento didático fantástico, pois mostra como São Paulo produz os gases de efeito estufa, quais são os setores. 24% dos gases do efeito estufa de São Paulo provêm da produção e do manejo do lixo; 75% do uso da energia. Nas emissões decorrentes do consumo de energia, entre 90% e 75% devem-se ao setor de transporte.

São Paulo tem aterro sanitário, recolhe quinze mil toneladas de lixo todos os dias. Os aterros sanitários bem controlados são uma verdadeira bomba de produção de gases do efeito estufa, com a liberação de metano. São Paulo licitou a captação desse biogás, a construção de usinas em cada um dos aterros sanitários e a transformação do biogás em energia elétrica. Estamos fornecendo energia elétrica para cerca de 550 mil habitantes, o equivalente a uma cidade como Santo André. Nós vendemos os créditos de carbono, que são divididos: metade é da empresa e metade é da prefeitura. A prefeitura já fez dois leilões e vai fazer um terceiro. Foram arrecadados 77 milhões de reais, que foram colocados no fundo municipal de meio ambiente. O dinheiro é gasto em projetos socioambientais, na urbanização de

favelas, na ampliação de parques e em saneamento. Essa ação deve ser responsável pela mitigação de 10 a 12% das emissões.

O Rio de Janeiro acabou de fazer uma licitação. A mesma empresa de São Paulo vai fazer a captação no aterro de Gramacho, que é mais precário. A empresa vai ficar com 70% a 75% dos créditos de carbono e o governo do Rio de Janeiro com 25%.

A captação do metano em aterro sanitário é uma contribuição viável hoje, para o combate ao aquecimento global. É uma decisão da cidade. As cidades pequenas podem se reunir em consórcios. Isso é o mínimo a fazer.

O setor de transportes é muito mais difícil de resolver. As vias são os capilares da sociedade moderna, é por onde as pessoas e as mercadorias se movem, a cidade vive.

### **A implantação da Lei de Mudança do Clima de São Paulo**

A Lei de Mudança do Clima de São Paulo, aprovada em junho de 2009, é a primeira lei climática do Brasil. A lei climática dá tarefas e metas para todos os setores. Para a Secretaria de Transportes, a lei manda cortar 10% ao ano do diesel sujo que é usado nos quinze mil ônibus na cidade. Uma coisa muito importante é aumentar o transporte público em quantidade, para que se tenha condições de tirar cada vez mais motocicleta e carro da cidade. Mas, a qualidade do transporte também importa, para não gerar poluição e causar aquecimento global. Portanto, além de ampliar o transporte coletivo, é preciso mudar a qualidade, sair da dependência do petróleo.

Em São Paulo, estamos com 1.200 ônibus há quase dois anos rodando na zona leste com 20% de biodiesel com rendimento 100% igual - não tem nenhuma perda de capacidade de rendimento do ônibus. É possível ter uma política agrária competente para fornecer o biodiesel nas cidades nesse valor.

O Brasil tem uma política coordenada pelo governo federal muito boa, para o uso do etanol no automóvel particular, mas nada se faz no transporte coletivo. A cidade de São Paulo buscou a experiência de Estocolmo, que tem 800 ônibus (80% da frota) rodando com

etanol do Brasil. Eles desenvolveram um aditivo especial para dar um rendimento semelhante ao diesel. Isso tem um impacto muito positivo no ar da cidade de Estocolmo.

São Paulo fez um convênio com o governo da Suécia, por meio da Universidade de São Paulo, envolvendo o sindicato dos produtores de cana e uma empresa concessionária. Foram comprados cinquenta ônibus movidos a etanol e espera-se chegar a cem ônibus rodando até o começo de 2012. Foi negociada uma política de acompanhamento do preço do etanol com o diesel, com o sindicato dos usineiros, para evitar as oscilações do etanol e não criar problema para a empresa que comprou os ônibus.

Também foi feita a recuperação dos trólebus. São Paulo tem uma frota de 550 trólebus, uma das maiores do mundo. O ônibus elétrico é silencioso e não polui. A Secretaria de Transportes está reformando os fios. Trólebus novos estão sendo comprados. A fábrica brasileira esta se reativando, fomentando a economia verde.

Mais duas experiências importantes que estão em andamento: os ônibus híbridos (de diesel e eletricidade e de diesel e etanol) e a organizado da inspeção veicular.

A inspeção é o mínimo a ser exigido. Os veículos devem ser regulados para diminuir as emissões. São Paulo começou o programa de inspeção em 2007 e o implantou totalmente em 2010. O ano de 2011 é o segundo em que é feita a convocação completa da frota. A regulamentação dos veículos feita em 2010 foi equivalente à retirada de um milhão de veículos da cidade.

### **A cidade compacta**

Outra questão importante é a da cidade compacta. Esse é o novo urbanismo. O modelo rodoviarista que perdurou praticamente em todo o século passado impactou menos a Europa do que a América, a Ásia e a África.

Numa cidade de onze milhões de habitantes como São Paulo, é preciso ter vários centros, de maneira que se faça uma verdadeira constelação de cidade compactas. É preciso parar de crescer na

periferia, voltar a crescer do ponto de vista do adensamento e de compartilhamento das classes ricas, médias e trabalhadoras mais pobres. A verticalização pode ser orientada para o bom adensamento.

## **A permeabilidade do solo e os desastres naturais**

É necessário aumentar a permeabilidade, ajudar a combater as enchentes, manter a insolação com a distância entre os prédios. A arborização caminha com a permeabilização. O local onde se planta árvores é uma ilha de permeabilidade. A outra questão importante é ampliação das áreas verdes municipais. São Paulo tinha 34 parques em 2005, hoje são 80 parques.

Existe a tragédia das áreas de preservação permanente (APPs) urbanas. É preciso preservar o que ainda existe e recuperar o que for possível. Populações que estão em áreas particularmente de risco têm que sair e ir para um lugar seguro. A discussão do Código Florestal não tem dado destaque às APPs urbanas, embora as cidades sejam o lugar de 80% dos brasileiros.

Finalmente, o prefeito, com a ajuda dos governos estadual e federal, tem que mapear casa por casa das áreas de risco. Cada uma das famílias das áreas de risco tem que ser mapeada. É preciso parar a invasão também.



*Penna, Tripoli e Sarney Filho observam explicação de Eduardo Jorge*

# **PAULO ITACARAMBI**

## **A Rede Nossa São Paulo**

A Rede Nossa São Paulo está ligada ao Programa Cidades Sustentáveis. O Instituto Ethos tem treze anos e visa mudar as práticas empresariais. Trabalha junto com as empresas, na mudança do processo de gestão do negócio, para que sejam mais responsáveis diante da sociedade e que implantem políticas de sustentabilidade na gestão. O Instituto tem um conjunto de pessoas e organizações que orienta no trabalho, tem 1.437 empresas associadas, mais um grupo de organizações com quem trabalha conjuntamente. Nos primeiros dez anos, o Instituto trabalhou com foco na gestão do negócio. Nos próximos dez, busca voltar sua atenção para as mudanças na economia.

### **As empresas e a economia verde**

Nessa perspectiva, o Instituto lançou uma plataforma por uma economia que seja, ao mesmo tempo, verde, incluyente e responsável. Uma economia que reduza os impactos ambientais e conserve a biodiversidade; reduza as desigualdades e erradique a miséria. As empresas têm um papel importante nesse processo.

Além disso, não teremos uma economia verde e incluyente se ela não for ética. O Instituto insiste para que o governo brasileiro e a ONU incorporem a dimensão da promoção dos valores da integridade, daquilo que dá coesão à vida em sociedade.

Nessa plataforma, há temas críticos, para o qual o Instituto tem um conjunto de estratégias. O Instituto está com cinco grupos de trabalho com empresas que envolvem cerca de 150 empresas, que produzem propostas de políticas públicas. As empresas que estão nesse grupo de trabalho declaram o compromisso com um padrão mais elevado de atuação. É preciso que o governo traga os demais para o mesmo padrão.

Essas empresas demandam regulamentação. Um grupo de empresas que definiram metas de controle das suas emissões, por exemplo, decidiram influenciar sua cadeia de valor e reivindicar do governo regulamentação. Esse foi um dos principais motivos que levou o governo brasileiro a apresentar metas em Copenhague, em 2009, e a instituir uma política nacional de mudanças climáticas. Estamos trabalhando com o MEB - Movimento Empresarial pela Biodiversidade -, que é a mesma estratégia das empresas que declaram um compromisso mais elevado de conservação e uso econômico sustentável da biodiversidade e que requer que o governo brasileiro traga as demais empresas para esse mesmo padrão. O MEB tem cerca de 165 empresas envolvidas.

### **Uma agenda de transição da economia**

Outra estratégia é desenvolver uma agenda para transição da nossa economia. A Rio+20 une a agenda nacional e a agenda global. Não é possível pensar a economia brasileira sem pensar a agenda global que impacta a economia brasileira e vice versa. A ideia é trabalhar as duas dimensões juntas.

De 1972 para a atualidade, aprofundamos conhecimento, desenvolvemos conceito e governos declararam compromissos. Mas, em termos práticos, o avanço real foi muito pequeno. Os compromissos foram assumidos, mas a vida real foi por outro lado. A economia global andou numa direção exatamente oposta à discussão do desenvolvimento sustentável.

Em 2012, com a economia global em crise, vai ser feito um grande debate sobre a economia sustentável. Estamos dizendo que o desenvolvimento sustentável é a saída para a crise global. Essa é uma dimensão importantíssima: ou as coisas convergem ou vamos dar mais um passo em compromisso e não vamos fazer nada.

Não é mais o caso de discutir conceitos, novos compromissos. Os compromissos assumidos na Eco-92 e na Rio+10 já são suficientes, se implementados, e darão conta de um avanço bastante grande. O que precisamos hoje é internalizar na economia e na política do dia a dia os compromissos já assumidos, tanto em nível nacional

quanto global. Entre outras propostas, destacam-se o planejamento e o desenvolvimento de cidades sustentáveis e o estabelecimento de padrões mínimos de operação.

As empresas públicas e as concessionárias devem operar com um determinado padrão mínimo socioambiental e econômico. Isso significa que a atividade dessas empresas respeitará padrões mínimos obrigatórios para as empresas públicas. E que as empresas com operação global voluntariamente também declarem esse compromisso.

### **A competitividade a serviço da sustentabilidade**

Isso é colocar a competitividade a serviço da sustentabilidade, porque hoje funciona o contrário: as empresas que buscam ter maior competitividade terminam reduzindo o padrão operacional e quem paga o custo disso é a sociedade, transferem para a sociedade o custo daquele padrão operacional. Na competição internacional, se há determinados locais que têm uma exigência maior, desloca-se esse capital para países que têm exigência menor. A tendência é degradar o capital humano, o social, o capital natural, para desenvolver o capital econômico financeiro. Se nós estabelecermos um padrão mínimo global e os governos assumirem esse compromisso, e se as empresas com operação global também assumirem esse compromisso, esse padrão mínimo conduzirá a competitividade para outra direção.

### **Uma agenda mínima para o desenvolvimento sustentável**

Todos os países deveriam assumir uma agenda mínima, ter um plano de desenvolvimento sustentável com pelo menos três itens mínimos na agenda, que são: controlar e reduzir a diminuição de sua pegada ecológica, erradicar a miséria e reduzir as desigualdades e implantar um sistema de integridade e transparência. A ideia é que a ONU coordene e estimule o desenvolvimento desses planos por meio de um fundo internacional que invista somente onde houver planos com essa agenda mínima.

Propomos, ainda, que a ONU reformule o Conselho de Desenvolvimento Sustentável. Que esse Conselho tenha poder equivalente ao do Conselho de Segurança. A ONU foi criada quando o problema da humanidade era segurança de guerras, mas, hoje o problema da humanidade é a questão do desenvolvimento sustentável, é a questão climática e os outros impactos no funcionamento da natureza. Então, a ideia é que o Conselho de Desenvolvimento Sustentável dê diretrizes para todos os órgãos, para todas as comissões multilaterais. Isso seria uma mudança significativa no funcionamento da ONU e tudo o que se discute poderia vir, de fato, a funcionar.

### **Plataforma para o planejamento de cidades sustentáveis**

Quanto ao desenvolvimento e ao planejamento de cidades sustentáveis, o Instituto Ethos oferece uma plataforma a todas as autoridades já constituídas e às que virão em 2012, às empresas e a todos que queiram ter proatividade e protagonismo na questão. Essa plataforma aborda doze grandes temas e programas de trabalho que já podem ser assumidos. Cada tema tem uma plataforma, um indicador e boas práticas.

Não basta ter boas ideias. É preciso mobilizar as forças de mudança, incluindo candidatos à prefeitura, diretórios municipais dos partidos, câmaras municipais, pessoas, eleitores. Deputados e prefeitos respondem à demanda, àquilo que as pessoas estão pedindo. Por isso, precisamos pedir outras coisas. Precisamos trabalhar, ao mesmo tempo, os candidatos que estão colocando agendas de mudança e a demanda do eleitor. O trabalho é nas duas vias. Quem quiser ter protagonismo pega todo o material no *site*.

As cidades que de fato se engajarem nesse processo serão reconhecidas, com a divulgação das práticas que venham a ter. Que elas participem de uma rede e tenham visibilidade por seus programas.

Com isso é possível mobilizar as cidades por vários caminhos: pelos cidadãos, pelas pessoas que hoje já ocupam os cargos públicos ou aqueles que virão a ocupar, e também pelo espírito do orgulho da própria cidade em fazer parte desse processo, em fazer parte de uma rede de aprendizagem.

# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2012

Presidente: Deputado SARNEY FILHO

1ºVice-Presidente: Deputado ARNALDO JORDY

2ºVice-Presidente: Deputado PENNA

3ºVice-Presidente: Deputada REBECCA GARCIA

## TITULARES



Antônio Roberto  
PV/MG



Arnaldo Jordy  
PPS/PA



Augusto Carvalho  
PPS/DF



Filipe Bornier  
PSD/RJ



Giovanni Cherini  
PDT/RS



Givaldo Carimbão  
PSB/AL



Irajá Abreu  
PSD/TO



Leonardo Monteiro  
PT/MG



Marcio Bittar  
PSDB/AC



Márcio Macêdo  
PT/SE



Marina Santanna  
PT/GO



Mário de Oliveira  
PSC/MG



Penna  
PV/SP



Rebecca Garcia  
PP/AM



Ricardo Tripoli  
PSDB/SP



Sarney Filho  
PV/MA



Vilalba  
PRB/PE

# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2012

## SUPLENTES



Alfredo Sirkis  
PV/RJ



Antonio Bulhões  
PRB/SP



Antonio Carlos Mendes  
Thame (PSDB/SP)



Arnaldo Jardim  
PPS/SP



Bernardo Santana de  
Vasconcellos (PR/MG)



Fernando Ferro  
PT/PE



Fernando Jordão  
PMDB/RJ



Fernando Marroni  
PT/RS



Homero Pereira  
PSD/MT



Lauriette  
PSC/ES



Leandro Vilela  
PMDB/GO



Lira Maia  
DEM/PA



Marco Tebaldi  
PSDB/SC



Miro Teixeira  
PDT/RJ



Oziel Oliveira  
PDT/BA



Paes Landim  
PTB/PI



Valdir Colatto  
PMDB/SC



Zé Geraldo  
PT/PA



# FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA

## **Coordenador**

Deputado SARNEY FILHO (PV-MA)

## **Subcoordenadores**

Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP)

Deputado PENNA (PV-SP)

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B/AM)

## **Secretário Geral**

Deputado PAES LANDIM (PMDB-PI)

## **Conselho Executivo**

Deputada ROSANE FERREIRA (PV-PR)

Deputada REBECCA GARCIA (PP-AM)

## **Conselho Consultivo**

Mario Mantovani – SOS Mata Atlântica

André Lima – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Planeta Verde e  
SOS Mata Atlântica

Fábio Feldmann – Consultor Ambiental

Edson Duarte (PV-BA)

## **Grupos de Trabalho**

### **Água**

Coordenador: Deputado ARNALDO JARDIM (PPS-SP)

### **Clima**

Coordenadora: Deputada ROSANE FERREIRA (PV-PR)

### **Cerrado & Caatinga**

Coordenadores: Senador RODRIGO ROLLENBERG (PSB-DF) e

Deputado OZIEL OLIVEIRA (PDT-BA)

### **Zona Costeira e Ecossistema Marinho**

Coordenadores: Deputados DR. ALUIZIO (PV-RJ), ARNALDO JORDY (PPS-PA) e  
MÁRCIO MACÊDO (PT-SE)

### **Educação Ambiental**

Coordenador: Deputado ROBERTO DE LUCENA (PV-SP)

### **Empresas e Responsabilidade Ambiental**

Coordenador: Deputado ALESSANDRO MOLON (PT-RJ)

### **Energias Renováveis**

Coordenador: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP)

### **Fauna**

Coordenador: Deputado RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP)

### **Floresta**

Coordenador: Deputado MÁRCIO MACÊDO (PT-SE)

### **Prevenção de Desastres Naturais**

Coordenador: Deputado CESAR COLNAGO (PSDB-ES)

### **Questões Urbanas**

Coordenadora: Deputada REBECCA GARCIA (PP-AM)

### **Construções Sustentáveis**

Deputado RICARDO IZAR (PSD-SP)

### **Resíduos**

Coordenador: Deputado VIEIRA DA CUNHA (PDT-RS)

### **Sustentabilidade na Copa**

Coordenador: Deputado SARNEY FILHO (PV-MA)

## Deputados

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Ademir Camilo	PSD	MG
Adrian	PMDB	RJ
Afonso Hamm	PP	RS
Alessandro Molon	PT	RJ
Alex Canziani	PTB	PR
Alfredo Kaefer	PSDB	PR
Alfredo Sirkis	PV	RJ
Alice Portugal	PCdoB	BA
Aline Corrêa	PP	SP
Almeida Lima	PPS	SE
Amauri Teixeira	PT	BA
Andre Moura	PSC	SE
Andre Vargas	PT	PR
André Zacharow	PMDB	PR
Andreia Zito	PSDB	RJ
Antônio Andrade	PMDB	MG
Antonio Balhmann	PSB	CE
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	SP
Ariosto Holanda	PSB	CE
Arlindo Chinaglia	PT	SP
Arnaldo Jardim	PPS	SP
Arnaldo Jordy	PPS	PA
Arnon Bezerra	PTB	CE
Arthur Oliveira Maia	PMDB	BA
Assis Carvalho	PT	PI
Assis do Couto	PT	PR
Assis Melo	PCdoB	RS
Átila Lins	PSD	AM
Beto Mansur	PP	SP
Bonifácio de Andrada	PSDB	MG
Bruno Araújo	PSDB	PE

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Carlaile Pedrosa	PSDB	MG
Carlos Eduardo Cadoca	PSC	PE
Celia Rocha	PTB	AL
Celso Maldaner	PMDB	SC
Cesar Colnago	PSDB	ES
Chico Alencar	PSOL	RJ
Chico Lopes	PCdoB	CE
Cida Borghetti	PP	PR
Dalva Figueiredo	PT	AP
Damião Feliciano	PDT	PB
Daniel Almeida	PCdoB	BA
Danilo Forte	PMDB	CE
Devanir Ribeiro	PT	SP
Diego Andrade	PSD	MG
Dilceu Sperafico	PP	PR
Domingos Dutra	PT	MA
Domingos Neto	PSB	CE
Domingos Sávio	PSDB	MG
Dr. Adilson Soares	PR	RJ
Dr. Aluizio	PV	RJ
Dr. Jorge Silva	PDT	ES
Dr. Paulo César	PSD	RJ
Dr. Rosinha	PT	PR
Dr. Ubiali	PSB	SP
Dudimar Paxiuba	PSDB	PA
Edinho Bez	PMDB	SC
Edio Lopes	PMDB	RR
Edson Pimenta	PSD	BA
Eduardo Azeredo	PSDB	MG
Eduardo Barbosa	PSDB	MG
Edvaldo Holanda Júnior	PTC	MA
Efraim Filho	DEM	PB

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Elcione Barbalho	PMDB	PA
Erika Kokay	PT	DF
Esperidião Amin	PP	SC
Eudes Xavier	PT	CE
Fábio Faria	PSD	RN
Fábio Ramalho	PV	MG
Fábio Souto	DEM	BA
Fabio Trad	PMDB	MS
Fátima Pelaes	PMDB	AP
Felipe Maia	DEM	RN
Fernando Ferro	PT	PE
Fernando Francischini	PSDB	PR
Fernando Marroni	PT	RS
Flávia Moraes	PDT	GO
Flaviano Melo	PMDB	AC
Francisco Floriano	PR	RJ
Francisco Praciano	PT	AM
Gabriel Chalita	PMDB	SP
Genecias Noronha	PMDB	CE
Geraldo Resende	PMDB	MS
Geraldo Thadeu	PSD	MG
Giacobo	PR	PR
Giovani Cherini	PDT	RS
Giovanni Queiroz	PDT	PA
Giroto	PMDB	MS
Givaldo Carimbão	PSB	AL
Gladson Cameli	PP	AC
Gonzaga Patriota	PSB	PE
Gorete Pereira	PR	CE
Guilherme Campos	PSD	SP
Guilherme Mussi	PSD	SP
Heleno Silva	PRB	SE

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Henrique Afonso	PV	AC
Henrique Oliveira	PR	AM
Hermes Parcianello	PMDB	PR
Homero Pereira	PSD	MT
Hugo Leal	PSC	RJ
Hugo Motta	PMDB	PB
Irajá Abreu	PSD	TO
Ivan Valente	PSOL	SP
Jaime Martins	PR	MG
Jairo Ataíde	DEM	MG
Jandira Feghali	PCdoB	RJ
Janete Rocha Pietá	PT	SP
Jânio Natal	PRP	BA
Jean Wyllys	PSOL	RJ
João Arruda	PMDB	PR
João Bittar	DEM	MG
João Dado	PDT	SP
João Magalhães	PMDB	MG
João Maia	PR	RN
João Paulo Cunha	PT	SP
João Paulo Lima	PT	PE
Jorginho Mello	PSDB	SC
José Carlos Araújo	PSD	BA
José Chaves	PTB	PE
José Linhares	PP	CE
José Otávio Germano	PP	RS
José Rocha	PR	BA
Jose Stédile	PSB	RS
Josué Bengtson	PTB	PA
Júlio Campos	DEM	MT
Júlio Cesar	PSD	PI
Laercio Oliveira	PR	SE

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Laurez Moreira	PSB	TO
Leandro Vilela	PMDB	GO
Lelo Coimbra	PMDB	ES
Leonardo Monteiro	PT	MG
Leonardo Quintão	PMDB	MG
Leonardo Vilela	PSDB	GO
Liliam Sá	PSD	RJ
Lincoln Portela	PR	MG
Lira Maia	DEM	PA
Lourival Mendes	PTdoB	MA
Luiz Carlos	PSDB	AP
Luiz Couto	PT	PB
Luiz Fernando Machado	PSDB	SP
Luiz Noé	PSB	RS
Manato	PDT	ES
Manoel Junior	PMDB	PB
Manuela D'ávila	PCdoB	RS
Marçal Filho	PMDB	MS
Marcelo Castro	PMDB	PI
Marcio Bittar	PSDB	AC
Márcio Macêdo	PT	SE
Marcon	PT	RS
Marinha Raupp	PMDB	RO
Mário de Oliveira	PSC	MG
Marllos Sampaio	PMDB	PI
Maurício Trindade	PR	BA
Mauro Lopes	PMDB	MG
Mauro Mariani	PMDB	SC
Mauro Nazif	PSB	RO
Mendonça Prado	DEM	SE
Miguel Corrêa	PT	MG
Missionário José Olimpio	PP	SP

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Neilton Mulim	PR	RJ
Nelson Bornier	PMDB	RJ
Nelson Marchezan Junior	PSDB	RS
Nelson Marquenezelli	PTB	SP
Osmar Serraglio	PMDB	PR
Osmar Terra	PMDB	RS
Otavio Leite	PSDB	RJ
Oziel Oliveira	PDT	BA
Padre João	PT	MG
Paes Landim	PTB	PI
Pastor Eurico	PSB	PE
Pastor Marco Feliciano	PSC	SP
Paulo Foletto	PSB	ES
Paulo Freire	PR	SP
Paulo Magalhães	PSD	BA
Paulo Piau	PMDB	MG
Paulo Teixeira	PT	SP
Paulo Wagner	PV	RN
Penna	PV	SP
Perpétua Almeida	PCdoB	AC
Policarpo	PT	DF
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	TO
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	CE
Raul Henry	PMDB	PE
Rebecca Garcia	PP	AM
Reginaldo Lopes	PT	MG
Reinaldo Azambuja	PSDB	MS
Reinhold Stephanes	PSD	PR
Renato Molling	PP	RS
Renzo Braz	PP	MG
Ribamar Alves	PSB	MA
Ricardo Berzoini	PT	SP

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Ricardo Izar	PSD	SP
Ricardo Tripoli	PSDB	SP
Roberto Balestra	PP	GO
Roberto Britto	PP	BA
Roberto De Lucena	PV	SP
Roberto Santiago	PSD	SP
Roberto Teixeira	PP	PE
Rodrigo Maia	DEM	RJ
Romero Rodrigues	PSDB	PB
Rosane Ferreira	PV	PR
Rose de Freitas	PMDB	ES
Rosinha da Adefal	PTdoB	AL
Rubens Otoni	PT	GO
Rui Palmeira	PSDB	AL
Ruy Carneiro	PSDB	PB
Sabino Castelo Branco	PTB	AM
Salvador Zimbaldi	PDT	SP
Sandes Júnior	PP	GO
Sandro Mabel	PMDB	GO
Saraiva Felipe	PMDB	MG
Sarney Filho	PV	MA
Sebastião Bala Rocha	PDT	AP
Sérgio Brito	PSD	BA
Sergio Guerra	PSDB	PE
Sibá Machado	PT	AC
Silas Câmara	PSD	AM
Silvio Costa	PTB	PE
Stepan Nercessian	PPS	RJ
Sueli Vidigal	PDT	ES
Takayama	PSC	PR
Taumaturgo Lima	PT	AC
Teresa Surita	PMDB	RR

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Valadares Filho	PSB	SE
Vanderlei Macris	PSDB	SP
Vicente Candido	PT	SP
Vieira da Cunha	PDT	RS
Vilson Covatti	PP	RS
Vitor Paulo	PRB	RJ
Waldir Maranhão	PP	MA
Walter Tosta	PSD	MG
Wandenkolk Gonçalves	PSDB	PA
Washington Reis	PMDB	RJ
Weliton Prado	PT	MG
Wellington Roberto	PR	PB
Wladimir Costa	PMDB	PA
Zé Geraldo	PT	PA
Zequinha Marinho	PSC	PA
Zoinho	PR	RJ

## Senadores

<b>Nome Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>
Casildo Maldaner	PMDB	SC
Cicero Lucena	PSDB	PB
Cristovam Buarque	PDT	DF
Eduardo Amorim	PSC	SE
Fernando Collor	PTB	AL
Francisco Dornelles	PP	RJ
Gim Argelo	PTB	DF
João Vicente Claudino	PTB	PI
José Sarney	PMDB	AP
Lidice da Mata	PSB	BA
Paulo Davim	PV	RN
Paulo Paim	PT	RS
Pedro Taques	PDT	MT
Roberto Requião	PMDB	PR
Rodrigo Rollemberg	PSB	DF
Romero Jucá	PMDB	RR
Sérgio Petecão	PSD	AC
Vanessa Grazziotin	PCDOB	AM
Walter Pinheiro	PT	BA
Wellington Dias	PT	PI



## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que tornaram possível a realização do Ciclo de Palestras e Debates da Frente Parlamentar Ambientalista para a Rio+20 - Em Busca de uma Economia Sustentável. Quando decidimos enfrentar o desafio de provocar debates em cinco regiões do país, foi preciso mobilizar uma grande equipe, desde aqueles responsáveis pela infraestrutura de cada evento, aos que viabilizaram as presenças dos principais especialistas nos temas enfocados, como cientistas, representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e do Judiciário, além de líderes dos movimentos sociais representativos da sociedade civil.

Nosso agradecimento aos palestrantes que estiveram conosco, o arquiteto e urbanista Candido Malta; Eduardo Jorge, Secretário do Verde da Prefeitura de São Paulo; Paulo Itacarambi, diretor do Instituto Ethos, além do consultor em Meio Ambiente, Fábio Feldmann.

Agradecemos ainda a colaboração indispensável da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e de seus funcionários, que nos deram amplo e irrestrito apoio para que esse evento fosse realizado com grande maestria.

Aos Deputados Rebecca Garcia e Marcio Macedo, o nosso agradecimento especial, amigos de fé e de grandes batalhas. Como a nossa meta final era reunir numa publicação a síntese do que foi discutido em cada local, ressaltamos o apoio inestimável da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, especialmente nas pessoas das consultoras Suely Araújo, Roseli Senna e Ana Cristina Fraga, do Departamento de Taquigrafia, na pessoa da Sra. Cassia Regina Botelho, bem como do precioso e permanente apoio da Secretaria de Comunicação Social desta Casa, bem como da competente equipe da Coordenação de Relações Públicas, que agradecemos aqui na pessoa do Sr. Flavio Elias.

Para que o trabalho de vários meses alcançasse os resultados esperados; não poderíamos deixar de ressaltar o incansável apoio dos servidores desta Casa, ressaltando os trabalhos das Lideranças Partidárias, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Frente Parlamentar Ambientalista, da Subcomissão Especial Rio+20, dos nossos Gabinetes Parlamentares e assessores. Sem eles não chegaríamos aqui.

Apesar das diferentes e valiosas contribuições desse conjunto de pessoas, é preciso ressaltar um fator comum a todas elas, que garantiu não apenas o sucesso deste encontro em São Paulo, mas que tem garantido o sucesso de outras edições: o compromisso com a sustentabilidade do planeta, o que é, a nosso ver, a principal contribuição e o motivo maior destes agradecimentos.

Aos que porventura deixamos de mencionar, sintam-se agradecidos.

Um grande abraço,

Deputado Federal **Ricardo Tripoli** (PSDB/SP)

Deputado Federal **Sarney Filho** (PV/MA)

## **CONTATOS**

### **Câmara dos Deputados**

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

### **Frente Parlamentar Ambientalista**

[www.frenteambientalista.com](http://www.frenteambientalista.com)

E-mail: [contato@frenteambientalista.com](mailto:contato@frenteambientalista.com)

Câmara dos Deputados, Anexo IV Gabinete 202

Telefone: 3216-5520 e ou 3215-5202

### **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20**

[www.rio20.gov.br](http://www.rio20.gov.br)

### **SOS Mata Atlântica**

[www.sosmataatlantica.org.br](http://www.sosmataatlantica.org.br)

### **Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Secretário: Aurenilton Araruna de Almeida

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 142

Telefones: 3216-6521 a 6526 / 9217-5734

Fax.: 3216-6535

E-mail: [meioambiente@camara.gov.br](mailto:meioambiente@camara.gov.br)



Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Proibida a venda.

Exemplares deste trabalho podem  
ser solicitados no e-mail:

[contato@frenteambientalista.com](mailto:contato@frenteambientalista.com)

[meioambiente@camara.gov.br](mailto:meioambiente@camara.gov.br)

ou

[www.frenteambientalista.com](http://www.frenteambientalista.com)



**RIO+20**

Conferência das Nações Unidas  
sobre Desenvolvimento Sustentável

Realização



Apoio

